

DAI

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Diretoria de Auditoria Interna

PLANO DE AUDITORIA ANUAL

PAA 2024 - 2021/00129071

1ª revisão (março de 2024)

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO.....	3
2.	ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS.....	5
2.1	Administrativa.....	5
2.2	Recursos humanos.....	7
2.3	Gestão financeira e orçamentária.....	8
2.4	Gestão contábil e patrimonial.....	9
2.5	Tecnologia da informação.....	10
2.6	Obras e serviços de engenharia.....	11
3.	APOIO AO CONTROLE EXTERNO.....	12
4.	CONSULTORIAS.....	12
5.	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO.....	12
6.	CRONOGRAMA.....	13
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos dos artigos 36 a 38 da Resolução nº 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça e artigo 17 da Portaria TJSP nº 9.909/2020, apresenta-se o Plano Anual de Auditoria de 2024, no qual são estabelecidos os assuntos a serem abordados nas Unidades Administrativas do Tribunal de Justiça de São Paulo.

No interesse do serviço, esta versão alterou a atividade contida no subitem 2.6.2, com o objetivo de propiciar ações de prevenção e orientação às unidades administrativas deste Tribunal de Justiça e assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência das gestões administrativas, orçamento, financeira e otimização dos processos de trabalho.

As justificativas da presente revisão foram detalhadas na INFO 013/2024 da CPA 2021/00129071.

A elaboração do PAA deve ser baseada preferencialmente em riscos, direcionando os esforços das unidades de auditoria às questões que estejam com maior exposição a ameaças passíveis de afetar o alcance dos objetivos do TJSP. Assim, deve estar em harmonia com o plano estratégico, com as expectativas da alta administração e com o processo de gestão de riscos, quando houver e for considerado confiável.

O Manual de Auditoria do Poder Judiciário elaborado pelo CNJ orienta que a priorização dos temas auditáveis deve observar duas etapas: a avaliação da maturidade da gestão de riscos do tribunal; ou o cadastro de riscos da unidade auditada e mapeamento ou fatores de riscos realizado pela própria unidade de auditoria.

Relativamente ao processo de priorização dos objetos auditáveis, constantes do universo de auditoria, é necessário que se observem as seguintes etapas:

c) Etapa 1 - Avaliação da maturidade da gestão de riscos do tribunal ou conselho: essa avaliação deve possibilitar à unidade de auditoria a tomada de decisão sobre em que medida ela poderá, ou não, valer-se dos riscos que, eventualmente, já tenham sido mapeados e avaliados pela gestão; e d) Etapa 2 - Seleção dos trabalhos de auditoria com base em riscos: deverá ser utilizado o cadastro de riscos da unidade auditada, se confiável, e, se não, o mapeamento de riscos ou dos fatores de riscos realizado pela própria unidade de auditoria.

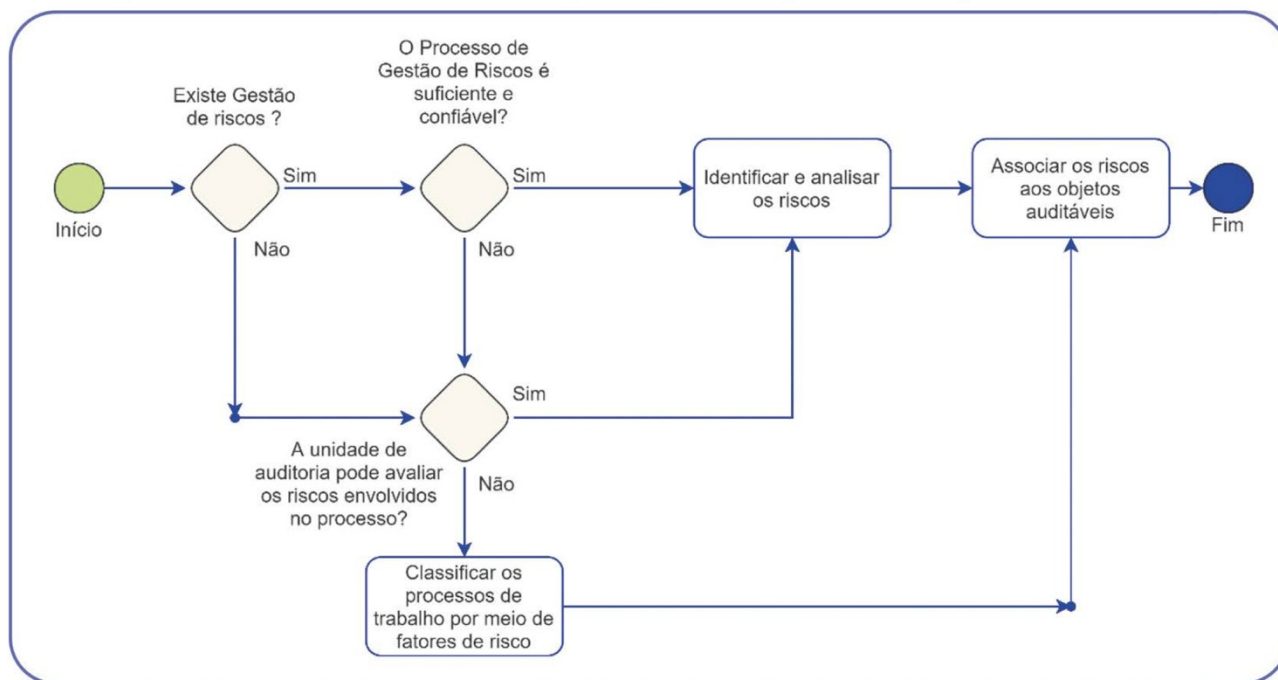
Fonte: Manual de Auditoria do Poder Judiciário – fls. 37

O manual frisa, também, que na insuficiente maturidade da gestão de riscos, como é o caso do TJSP que ainda não implantou política de gestão de riscos institucional, poderão ser utilizados critérios ou fatores de risco para a priorização dos objetos de auditoria.

(...) nas situações em que for constatada a inadequação da maturidade da gestão de riscos e não for aplicável ou viável a identificação e avaliação dos riscos pela unidade de auditoria, poderão ser utilizados critérios de priorização, chamados de fatores de risco, para a seleção dos objetos de auditoria do universo em estudo.

Fonte: Manual de Auditoria do Poder Judiciário – fls. 38

Figura 13 - Fluxo de decisões para priorização dos objetos auditáveis



Fonte: Manual de Auditoria do Poder Judiciário – fls. 38

Assim, este documento traz as atividades previstas no Plano de Auditoria de Longo Prazo de 2022/2025, as quais foram selecionadas em decorrência de sua criticidade, quer em razão do volume de recursos públicos envolvidos, quer diante da necessidade de análise de riscos na gestão ou, ainda, do tempo decorrido desde a última auditoria.

Acerca da metodologia de priorização dos temas auditáveis, foram adotados os seguintes critérios e indicadores de riscos:

- Alinhamento:
 - *Planejamento Estratégico Institucional (PEI)*
 - *Proposta Orçamentária Setorial*
 - *Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)*
 - *Estratégia de TI*
 - *Plano de Contratações*
- Automação do processo;
- Eficácia dos controles internos;
- Imposição legal;
- Materialidade;
- Orientações ou Ações Coordenadas do CNJ;
- Possíveis impactos à:
 - *Imagem institucional*
 - *Prestação jurisdicional*

- Quantidade de objetos tratados no fluxo de trabalho;
- Recomendações de auditorias prévias relacionadas ao tema;
- Regulamentação do processo;
- Singularidade (objeto nunca auditado).

De acordo com a peculiaridade, as auditorias serão subsidiadas por documentos, questionários, visitas ou reuniões, não excluída a utilização de outras metodologias de trabalho, sempre visando a análise da conformidade dos procedimentos, a eficiência dos atos de gestão e o vislumbre de oportunidades de melhoria a partir de pesquisa de boas práticas adotadas em outros órgãos.

Espera-se que as auditorias proporcionem ações preventivas e de orientação às unidades administrativas, com o objetivo de assegurar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, publicidade e transparência das gestões administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, fornecendo o adequado apoio à Alta Administração no gerenciamento de recursos.

2. ATIVIDADES DE AUDITORIA NAS ÁREAS

2.1 Administrativa

2.1.1 Auditoria no contrato de garçons e copeiro

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 08 do PEI 2021-2026
- Alinhamento ao Plano de Contratações
- Eficácia dos controles internos
- Materialidade (R\$ 14.944.930,06 – 2ª Apostila)
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.1.2 Auditoria nos contratos de prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portaria e edifícios para prédios da Capital

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 08 do PEI 2021-2026
- Alinhamento ao Plano de Contratações
- Eficácia dos controles internos
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.1.3 Auditoria no contrato de prestação de serviços de recrutamento, seleção e contratações de estagiários nível superior

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 08 do PEI 2021-2026
- Alinhamento ao Plano de Contratações
- Eficácia dos controles internos
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.1.4 Auditoria em administração de Fórum

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 08 do PEI 2021-2026
- Eficácia dos controles internos
- Possíveis impactos à imagem institucional

2.2 Recursos humanos

2.2.1 Auditoria em Inclusão de Pessoas com Deficiência no TJSP (Servidores)

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 20 do PEI 2021-2026
- Possíveis impactos à Imagem Institucional
- Eficácia dos controles internos
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.2.2 Auditoria em Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina

Critérios e indicadores de risco

- Ação Coordenada de Auditoria do CNJ de 2024
- Possíveis impactos à Imagem Institucional
- Eficácia dos controles internos
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.2.3 Auditoria em Parcela de Irredutibilidade da folha de pagamento da Magistratura

Critérios e indicadores de risco

- Cumprimento do despacho da E. Presidência no Processo CPA 2020/101950
- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 21 do PEI 2021-2026
- Eficácia dos controles internos
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.3 Gestão financeira e orçamentária

2.3.1 Análise de execução orçamentária (AEO 2024 – PPA) – Plano Plurianual de Ações

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 1 do PEI 2021-2026/v.2
- Automação do processo
- Eficácia dos controles internos
- Regulamentação do processo
- Possíveis impactos à imagem institucional: análise dos critérios estabelecidos para a definição das metas e indicadores de produto estabelecidos no Plano Plurianual de Ações.

2.3.2 Acompanhamento do exercício orçamentário (RAIF 2024) - Relatório Anual de Informações Fiscais

Critérios e indicadores de risco

- Imposição legal: *CF - art. 74*
LRF - art. 59
Portaria TJSP 7.800/2010 - art. 2º
IN 01/2020 TCE - arts. 66 e 67

2.3.3 Análise de demonstrativo financeiro-orçamentário (DFO 2024 – DEO) – Dotação e Execução Orçamentária – Resolução 102 CNJ

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 1 do PEI 2021-2026/v.2
- Automação do processo
- Eficácia dos controles internos
- Regulamentação do processo

2.3.4 Auditoria em administração de Fórum – Prestação de Contas

Critérios e indicadores de risco

- Eficácia dos controles internos
- Possíveis impactos à imagem institucional: análise da gestão das unidades responsáveis pela atividade-fim do Tribunal de Justiça, usuários finais da estrutura administrativa e fonte primária das informações para o gerenciamento financeiro e administrativo

2.3.5 Regularidade no uso da verba de representação – nov/2023 a out/2024

Critérios e indicadores de risco

- Imposição legal: IN 01/2020 TCE – art. 51
- Possíveis impactos à imagem institucional

2.3.6 Monitoramento e consultoria

2.4 Gestão contábil e patrimonial

2.4.1 Auditoria do Controle Patrimonial

Critérios e indicadores de risco:

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 12 do PEI 2021-2026/v.2
- Automação do processo
- Materialidade
- Quantidade de objetos tratados no fluxo de trabalho (820 mil bens – quantidade aproximada)
- Regulamentação do processo

2.4.2 Auditoria em Conciliação Contábil

Critérios e indicadores de risco:

- Alinhamento aos objetivos estratégicos nºs 12 e 21 do PEI 2012-2026/v.2
- Automação do processo
- Eficácia nos controles internos
- Materialidade
- Singularidade

2.4.3 Auditoria referente Depósitos Judiciais

Critérios e indicadores de risco:

- Alinhamento ao objetivo estratégico nº 12 do PEI 2021-2026/v.2
- Eficácia dos controles internos
- Materialidade
- Singularidade

2.4.4 Monitoramento e consultoria

2.5 Tecnologia da informação

2.5.1 Auditoria de conformidade à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD (Resolução CNJ 370/2021)

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:
 - *Planejamento Estratégico Institucional (PEI)*
 - *Proposta Orçamentária Setorial*
 - *Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)*
 - *Estratégia de TI*
 - *Plano de Contratações*
- Imposição legal
- Materialidade
- Orientações ou Ações Coordenadas do CNJ
- Possíveis impactos à prestação jurisdicional
- Quantidade de objetos tratados no fluxo de trabalho
- Singularidade (objeto nunca auditado)

2.5.2 Auditoria operacional em armazenamento remoto de informações

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:
 - *Planejamento Estratégico Institucional (PEI)*
 - *Proposta Orçamentária Setorial*
 - *Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)*
 - *Estratégia de TI*
 - *Plano de Contratações*
- Materialidade
- Possíveis impactos à prestação jurisdicional

2.5.3 Auditoria de gestão no contrato 81/2023, relativo à aquisição de microcomputadores tipo Mini PC, Notebooks e Monitores

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:
 - *Planejamento Estratégico Institucional (PEI)*
 - *Proposta Orçamentária Setorial*
 - *Estratégia de TI*
 - *Plano de Contratações*
- Eficácia dos controles internos
- Materialidade
- Possíveis impactos à prestação jurisdicional
- Quantidade de objetos tratados no fluxo de trabalho

2.6 Obras e serviços de engenharia

2.6.1 Auditoria de gestão/operacional no contrato 31/2022 sobre os reparos emergenciais de trincas e infiltrações no prédio do Fórum da Comarca de Votuporanga (BSG Serviços e Soluções Ltda.)

Critérios e indicadores de risco

- Eficácia dos controles internos
- Possíveis impactos à prestação jurisdicional

2.6.2 Auditoria de gestão/operacional no contrato 316/2018 para prestação de serviços de apoio ao gerenciamento e execução de controle e fiscalização de obras e projetos de engenharia (Fernandes Terruggi Consultores Associados)

Critérios e indicadores de risco

- Alinhamento:
 - *Proposta Orçamentária Setorial*
 - *Plano de Contratações*
- Eficácia dos controles internos;
- Materialidade (R\$ 15.344.049,60);
- Possíveis impactos à:
 - *Prestação jurisdicional*
- Quantidade de objetos tratados no fluxo de trabalho;
- Singularidade (objeto nunca auditado).

2.6.3 Auditoria de gestão/operacional no contrato 17/2023 que trata da reforma geral no prédio situado na Rua Tabatinguera, 164 (Endeal Engenharia e Construções Ltda.)

Critérios e indicadores de risco

- Materialidade (R\$ 31.533.198,00)
- Plano de contratação anual de 2023

3. APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Apoiar o TCESP e acompanhar os setores da Administração na auditoria anual realizada no TJSP, conforme dispõe o artigo 2º, da Portaria TJSP 7.800/2010.

4. CONSULTORIAS

Nos termos do artigo 2º, III, da Resolução nº 309/2020 do CNJ, esta Diretoria de Auditoria Interna poderá realizar consultorias formuladas pelas áreas administrativas desta C. Corte, cujo prazo e escopo serão acordados com o solicitante e desde que não impliquem em atos de gestão.

Tais consultorias serão realizadas enquanto não prejudicarem o cronograma das auditorias previstas neste PAA 2022, salvo determinação expressa da E. Presidência.

5. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

Aprimoramento técnico para o desenvolvimento das atividades de auditoria interna por meio de leitura de livros e revistas técnicas, DJE, nos sites do CNJ, TCE, TCU, SEFAZ, SPRD, nos sistemas SIAFEM e SIGEO, além da participação em cursos presenciais e EAD ministrados pelo TJ/EJUS, CNJ, TCU, FAZESP e outras instituições, com especial enfoque no curso do IIA Brasil - AUDI II, formação de auditores em nível avançado.

6. CRONOGRAMA

As atividades listadas nos itens acima serão realizadas de acordo com a estimativa que segue:

SETOR	MATÉRIA	JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OCT	NOV	DEZ
DAI 2.1	Conclusão das auditorias do PAA de 2023												
	2.1.1 Auditoria no contrato de garçons e copeiro												
	2.1.2 Auditoria nos contratos de prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portaria e edifícios para prédios da Capital												
	2.1.3 Auditoria no contrato de prestação de serviços de recrutamento, seleção e contratações de estagiários nível médio e superior												
	2.1.4 Auditoria em administração de Fórum												
	2.1.5 Monitoramento na área administrativa												
DAI 2.2	Conclusão das auditorias do PAA de 2022 e 2023												
	2.2.1 Auditoria em Inclusão de Pessoas com Deficiência no TJSP (Servidores)												
	2.2.2 Auditoria em Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário (CNJ)												
	2.2.3 Auditoria em Parcela de Irredutibilidade da Folha de Pagamento da Magistratura												
	2.2.4 Monitoramento na área de recursos humanos												
DAI 3.1	Conclusão das auditorias do PAA de exercícios anteriores												
	2.3.1 Análise da execução orçamentária (AEO 2024 - PPA)												
	2.3.2 Acompanhamento do exercício orçamentário (RAIF 2024)												
	2.3.3 Análise de demonstrativo financeiro-orçamentário (DFO 2024 - DEO)												
	2.3.4 Auditoria em Administração de Fórum - Prestação de Contas												
	2.3.5 Regularidade no uso da verba de representação												
	2.3.6. Monitoramento e consultoria												
DAI 3.2	Conclusão das auditorias do PAA de exercícios anteriores												
	2.4.1 Auditoria do Controle Patrimonial												
	2.4.2 Auditoria em Conciliação Contábil												
	2.4.3 Auditoria referente Depósitos Judiciais												
	2.4.4 Monitoramento e consultoria												
DAI 4.1	2.5.1 Auditoria de conformidade na ENTIC-JUD												
	2.5.2 Auditoria em armazenamento remoto de informações												
	2.5.3 Auditoria no contrato de aquisição de microcomputadores												
	2.5.4 Monitoramento na área de tecnologia da informação												
DAI 4.2	2.6.1 Auditoria sobre os reparos emergenciais em Votuporanga												
	2.6.2 Auditoria nos serviços de apoio técnico na execução e fiscalização das obras												
	2.6.3 Auditoria no contrato de reforma geral no prédio situado na Rua Tabatinguera												
	2.6.4 Monitoramento na área de obras e serviços de engenharia												
DAI	Apoio Controle Externo												

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de auditoria interna no exercício de 2024 e o cronograma apresentado poderão ser alterados para adequações diante de eventuais necessidades operacionais desta Diretoria de Auditoria Interna ou em razão de recomendações do C. CNJ, mediante prévia anuência da E. Presidência.

São Paulo, *data da assinatura digital*.

(assinatura digital)

Dulce Toyoko Kuniyoshi

Coordenadora
DAI 2

(assinatura digital)

Eleni Pazin

Coordenadora
DAI 3

(assinatura digital)

Douglas Alaor Franco Martins

Coordenador
DAI 4

(assinatura digital)

Renato Yoshinobu Kuba

Diretor de Auditoria Interna

Setor	TEMA	Extensão	Unidade Auditada	Metodologia	Cronograma	Riscos
DAI 2.1	Garçons e Copeiros (CT 116/2021)	Cumprimento das cláusulas contratuais e fiscalização nos termos do Prov 2138/2013	SAAB 2.2.2	Análise por amostragem, análise de documentos, questionário, entrevistas (presenciais ou remotas)	De janeiro a maio/2024	Serviço ocioso, descumprimento de cláusulas contratuais e obrigações trabalhistas, divergência valor NF com serviço prestado
DAI 2.1	Fiscalização interior	Controle patrimonial e de estoque, frota e contratos de serviços terceirizados	Administração de Fórum	Entrevistas (presenciais ou remotas), questionários, análise de documentos, análise por amostragem	De abril a junho/2024 e/ou agosto a outubro de 2024	Cobrança de valor superior ao serviço prestado e descumprimento de obrigações trabalhistas; estoque excessivo e inconsistências no controle patrimonial
DAI 2.1	Controle, operação e fiscalização de portaria e edifícios para prédios da Capital (CT 159/2020)	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos da Lei 8.666/93 e Prov. 2.138/13	SAAB 2.1.4	Análise por amostragem, análise de documentos, questionário, entrevistas (presenciais ou remotas)	De abril a agosto/2024	Descumprimento de cláusulas contratuais e obrigações trabalhistas, divergência valor NF com serviço prestado
DAI 2.1	Prestação de serviços de recrutamento, seleção e contratações de estagiários nível superior (CT 104/2022)	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos da Lei 8.666/93 e Prov. 2.138/13	SGP 1.3.3	Análise por amostragem, análise de documentos, questionário, entrevistas (presenciais ou remotas)	De agosto a dezembro/2024	Descumprimento de cláusulas contratuais e obrigações trabalhistas, divergência valor NF com serviço prestado, estagiários executando trabalho de escrevente e assessoria.
DAI 2.1	Monitoramento dos trabalhos realizados	Acompanhamento do cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria e acolhidas pela E. Presidência		Análise e requisição de documentos	De janeiro a dezembro/2024	Agravamento ou permanência dos problemas identificados na auditoria pelo descumprimento das determinações da E. Presidência
DAI 2.2	Inclusão de Pessoas com Deficiência no TJSP (Servidores)	Resolução CNJ nº 401/2021	SGP	Análise de documentos, questionário, entrevistas (presenciais ou remotas)	janeiro a junho/2024	Descumprimento da legislação vigente.
DAI 2.2	Ação Coordenada de Auditoria - CNJ	Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário Documento SEI nº 1643326 e 1650855	-	Ação Coordenada de Auditoria - CNJ	abril a agosto/2024	Ação Coordenada de Auditoria - CNJ
DAI 2.2	Parcela de Irredutibilidade	Cumprimento das decisões judiciais e administrativas que resultaram no passivo.	SEMA	Análise de documentos, questionário, entrevistas (presenciais ou remotas)	agosto a dezembro/2024	Inconsistência no passivo.
DAI 2.2	Monitoramento dos trabalhos realizados	Acompanhamento do cumprimento das recomendações contidas no Relatório de Auditoria e acolhidas pela E. Presidência	SEMA SGP	Análise e requisição de documentos	De janeiro a dezembro/2024	Agravamento ou permanência dos problemas identificados na auditoria pelo descumprimento das determinações da E. Presidência
DAI 3.1	Conclusão das auditorias dos PAA de exercícios anteriores	Auditorias pendentes	Diversos	Diversos	De janeiro a março/2024	Diversos
DAI 3.1	Análise da Execução Orçamentária (AEO 2024 - PPA)	Indicadores de Execução Orçamentária	SOF 1	Análise de acompanhamento dos indicadores (SIMPPA), Relatórios Gerenciais utilizados pelas unidades, Entrevistas e reuniões (presenciais ou remotas).	Abril a Junho /2024	Descompasso entre os indicadores estabelecidos e a execução apurada; métricas inadequadas para apuração da execução orçamentária.
DAI 3.1	Acompanhamento do exercício orçamentário	Execução Orçamentária do Exercício - Relatório Anual de Informações Fiscais	SOF 1	Análise dos relatórios, documentos e sistemas, entrevistas (presenciais ou remotas).	Setembro/2024 a Março/2025	Apresentação inadequada das Informações Fiscais Anuais e Inobservância da Lei de Responsabilidade Fiscal.
DAI 3.1	Análise de Demonstrativo Financeiro-Orçamentário (DFO 2024 - DEO) Dotação e Execução Orçamentária - Resolução 102 CNJ	Demonstrações Fiscais Obrigatórias	SOF 1	Análise dos relatórios, documentos e sistemas, entrevistas (presenciais ou remotas).	Julho/2024 a Fevereiro/2025	Elaboração dos relatórios sem observância dos parâmetros estabelecidos pela STN e pela legislação pertinente.
DAI 3.1	Auditoria em administração de Fórum	Prestação de Contas de Verba de adiantamento - Comarca	Comarca	Entrevistas (presenciais ou remotas), questionários, análise de documentos, análise por amostragem.	Março a Maio; Julho a Agosto; e Outubro a Novembro - 2024	Uso indevido da verba distribuída/adiantamento.
DAI 3.1	Regularidade no uso da verba de representação	Prestação de Contas de Adiantamento - Verba da Presidência	SPR/SOF 4	Análise documental.	Janeiro a Dezembro/2024 - Mensal	Uso irregular da verba disponibilizada para representação da Presidência do TJ.
DAI 3.1	Monitoramento e Consultoria	Monitoramentos em aberto	Diversas	Análise documental e de sistemas.	Janeiro a Dezembro/2024	Ausência de providências para redução do risco e/ou não atendimento do achado identificado.
DAI 3.2	Conclusão das auditorias do PAA de exercícios anteriores	Auditorias pendentes	Diversas	Diversos	Janeiro a Fevereiro/2024	Diversos

O original deste documento eletrônico foi produzido digitalmente por DOUGLAS ALAOR FRAMBERTI (26/03/24) e assinado digitalmente por JULCE TOYOKO KUNIYOSHI (26/03/24). Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/atencao/abrir-conferencia-docoriginal.do> e informe o processo 2021/00129071 e o código HK341U3D.

Setor	TEMA	Extensão	Unidade Auditada	Metodologia	Cronograma	Riscos
DAI 3.2	Auditoria do Controle Patrimonial	Análise dos registros de controle patrimonial do TJSP	SAAB 5	Extração de dados no SIP, BI (<i>Business Intelligence</i>) da SAAB 5, e demais controles existentes	Janeiro a Abril/2024	Divergência de dados entre os registros do SIP e a localização física dos bens
DAI 3.2	Auditoria em Conciliação Contábil	Análise de contas contábeis conciliadas pela área auditada	SOF 4.2.1.1	Elaboração de Fluxo de trabalho, extração de relatórios no SIAFEM/SAI/SGF e SIGEO, tratamento de dados, reuniões	Maio a Agosto/2024	Divergência ou inconsistências nos saldos das contas contábeis analisadas.
DAI 3.2	Auditoria referente Depósitos Judiciais	Análise das contas referente a depósitos judiciais	-	Elaboração de Fluxo de trabalho; extração de relatórios, tratamento de dados, reuniões	Agosto a Dezembro/2024	Divergência ou inconsistências nos saldos das contas de depósitos judiciais.
DAI 3.2	Monitoramento e Consultoria	Acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada em atenção às determinações constantes do relatório final	Diversas	Análise de dados extraídos dos sistemas; requisição de documentos; análise das ações desempenhadas;	Janeiro a Dezembro/2024	Agravamento ou permanência dos problemas identificados na auditoria pelo descumprimento das determinações da E. Presidência
DAI 4.1	Auditoria de conformidade na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC JUD (Resolução CNJ 370/2021)	Cumprimento da Resolução CNJ 370/2021.	STI	Análise de documentos subsidiada por informações da área técnica, sistemas informatizados e confrontar as providências institucionais lançadas na Estratégia de TI para o período de 2021/2026 e Plano de Trabalho.	De janeiro a maio/2024	Atrasos nos projetos, falha na priorização de projetos importantes, falha na execução do plano de capacitações, descumprimento de obrigações ou objetivos institucionais, vazamento de dados pessoais.
DAI 4.1	Auditoria operacional em armazenamento remoto de informações.	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos do Prov. 2.138/13 e gestão de contratos.	STI	Análise de documentos, sistemas informatizados, questionário, entrevistas (presenciais ou remotas)	De abril a setembro/2024	Vazamento de informações sigilosas, falhas no processo de backup e restauração de dados, ataques virtuais aos sistemas judiciais.
DAI 4.1	Auditoria no contrato de aquisição de microcomputadores	Cumprimento de prazos e entregas programadas	STI	Por relevância e materialidade, a amostragem fez a seleção de contrato de TI, onde será analisado sistemas, documentos e informações obtidas através de questionários e entrevistas (presenciais ou remotas).	De agosto a dezembro/2024	Ausência de cronogramas de execução e descaracterização do objeto contratado por falta de acompanhamento adequado.
DAI 4.1	Monitoramento na área de tecnologia da informação	Acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada em atenção às recomendações constantes do relatório final	STI	Análise de documentos e sistemas informatizados	De janeiro a dezembro/2024	Dano ao erário ou comprometimento direto das metas estratégicas definidas pela Instituição
DAI 4.2	Auditoria de gestão/operacional no contrato 31/2022 sobre os reparos emergenciais de trincas e infiltrações no prédio do Fórum da Comarca de Votuporanga (BSG Serviços e Soluções Ltda.)	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos da Lei 8.666/93, Resoluções CNJ 114/20210 e TJSP 624/13, e Provimento 2.138/13	SAAB	A atividade inclui a análise de medições de serviços, relatórios técnicos, justificativas, atestes de notas fiscais e demais documentos que instruem os processos de contratação, execução, aditamentos, etc.	De janeiro a maio/2024	Descumprimento do cronograma físico, divergências nos pagamentos e os serviços realizados, aditamentos injustificados, inobservância aos limites do art. 65, §1º da Lei 8.666/93, valores contratados/aditados incompatíveis com o mercado
DAI 4.2	Auditoria de gestão/operacional no contrato 316/2018 para prestação de serviços de apoio ao gerenciamento e execução de controle e fiscalização de obras e projetos de engenharia (Fernandes Terruggi Consultores Associados)	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos da Lei 8.666/93, Resoluções CNJ 114/20210 e TJSP 624/13, e Provimento 2.138/13	SAAB	A atividade inclui a análise de documentos que instruem os processos de contratação e execução envolvendo o apoio técnico no gerenciamento e fiscalização das obras.	De abril a setembro/2024	Falhas de controle e fiscalização da obra, Descumprimento das obrigações contratuais, contratação ou manutenção de mão de obra técnica desqualificada ou inabilitada
DAI 4.2	Auditoria no contrato de reforma geral no prédio situado na Rua Tabatinguera, 164 (Endeal Engenharia e Construções Ltda.)	Cumprimento das cláusulas contratuais nos termos da Lei 8.666/93, Resoluções CNJ 114/20210 e TJSP 624/13, e Provimento 2.138/13	SAAB	A atividade inclui a análise de medições de serviços, relatórios técnicos, justificativas, atestes de notas fiscais e demais documentos que instruem os processos de contratação, execução, aditamentos, etc.	De agosto a dezembro/2024	Divergências entre os pagamentos e os serviços realizados, aditamentos injustificados, inobservância aos limites do art. 65, §1º da Lei 8.666/93, valores contratados/aditados incompatíveis com o mercado
DAI 4.2	Monitoramento na área de obras e serviços de engenharia	Acompanhamento das providências adotadas pela unidade auditada em atenção às recomendações constantes do relatório final	SAAB	Análise de documentos	De janeiro a dezembro/2024	Descumprimento de plano de ações apresentado pela unidade auditada

Setor	TEMA	Relevância	Objetivo	Resultados Esperados	Análise Prioritária (escopo)
DAI 2.1	Garçons e Copeiros (CT 116/2021)	Aperfeiçoamento da gestão e fiscalização contratual e volume de recursos geridos.	Verificar cumprimento do Provimento nº 2.138/2013 na fiscalização dos contratos.	Eficiência na fiscalização contratual Obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos	Avaliar a execução contratual e a fiscalização do contrato pelos fiscais e gestor.
DAI 2.1	Fiscalização interior	Aperfeiçoamento na gestão e volume de recursos geridos pela administração predial.	Verificar cumprimento do Provimento nº 2.138/2013 na fiscalização dos contratos e a eficiência nos controles de estoque, patrimônio e frota.	Eficiência na fiscalização contratual, redução de estoques excessivos e melhoria na gestão de patrimônio.	Avaliar os procedimentos envolvendo o controle e a distribuição dos materiais de consumo, a qualidade dos serviços terceirizados bem como a fiscalização dos contratos pelo Administrador predial.
DAI 2.1	Controle, operação e fiscalização de portaria e edifícios para prédios da Capital (CT 159/2020)	Aperfeiçoamento da gestão e fiscalização contratual.	Verificar cumprimento do Provimento nº 2.138/2013 na fiscalização dos contratos.	Eficiência na fiscalização contratual Obtenção de melhoria nos procedimentos e/ou controles internos	Avaliar a execução contratual e a fiscalização do contrato pelos fiscais e gestor.
DAI 2.1	Prestação de serviços de recrutamento, seleção e contratações de estagiários nível superior (CT 104/2022)	Aperfeiçoamento da gestão e fiscalização contratual.	Verificar cumprimento do Provimento nº 2.138/2013 na fiscalização dos contratos.	Eficiência na fiscalização contratual Obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos	Avaliar a execução contratual e a fiscalização do contrato pelos fiscais e gestor.
DAI 2.1	Monitoramento dos trabalhos realizados	Cumprimento das normas internas e legislação, solução, melhoria, aprimoramento contínuo e retorno financeiro advindos do trabalho de auditoria executado	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	melhoria na eficiência, economicidade e eficácia dos procedimentos e/ou controles internos,	Avaliar o atendimento de recomendações ainda pendentes
DAI 2.2	Inclusão de Pessoas com Deficiência no TJSP (Servidores)	Assegurar ampla e irrestrita acessibilidade física, arquitetônica, comunicacional e atitudinal de servidores com deficiência no TJSP.	Verificar aplicação da Resolução CNJ nº 401/2021	Melhorias na acessibilidade e efetivas ações de inclusão de servidores com deficiência.	Avaliar os procedimentos e controles para a inclusão e acessibilidade de servidores com deficiência.
DAI 2.2	Ação Coordenada de Auditoria - CNJ	Promoção e Inclusão da participação feminina sem quaisquer formas de discriminação.	Avaliar a aderência à Política Judiciária de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, com aplicação das ferramentas metodológicas apropriadas para aferir a existência de ambiente interno de incentivo às práticas previstas na Política e no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE).	Ação Coordenada de Auditoria - CNJ	Ação Coordenada de Auditoria - CNJ
DAI 2.2	Parcela de Irredutibilidade	Impacto do passivo no orçamento do TJSP.	Verificar os critérios utilizados e sua conformidade com as decisões que reconheceram o débito.	Atestar que o passivo foi corretamente apurado.	Verificar os procedimentos e controles que resultaram na formação do passivo.
DAI 2.2	Monitoramento dos trabalhos realizados	Cumprimento das normas internas e legislação, solução, melhoria, aprimoramento contínuo e retorno financeiro advindos do trabalho de auditoria executado	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	melhoria na eficiência, economicidade e eficácia dos procedimentos e/ou controles internos,	Avaliar o atendimento de recomendações ainda pendentes
DAI 3.1	Conclusão das auditorias dos PAA de exercícios anteriores	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos
DAI 3.1	Análise da Execução Orçamentária (AEO 2024 - PPA)	Apuração adequada das métricas informadas para avaliação da execução orçamentária, indicadas na LOA.	Verificar o uso hábil da ferramenta utilizada para avaliação e acompanhamento da execução orçamentária.	Aprimoramento dos indicadores com o fim de gerar informação relevante para a gestão.	Indicadores de resultado estabelecidos e análise das métricas apuradas
DAI 3.1	Acompanhamento do exercício orçamentário	Compilação das informações orçamentárias e financeiras do exercício fiscal, a partir de relatórios elaborados pela SOF.	Analisar as informações apresentadas nos relatórios e demonstrativos elaborados pela SOF.	Identificação de padrões e parâmetros para acompanhamento da gestão orçamentária e financeira;	Relatórios Orçamentários elaborados. Relatórios correlatos das unidades operacionais.
DAI 3.1	Análise de Demonstrativo Financeiro-Orçamentário (DFO 2024 - DEO) Dotação e Execução Orçamentária - Resolução 102 CNJ	Uniformização de procedimentos coordenada pela STN, em benefício da transparência e do controle social das contas públicas.	Verificar a conformidade dos demonstrativos ao Manual de Demonstrativos Fiscais - STN e à legislação pertinente.	Apresentação transparente e conforme dos demonstrativos fiscais.	Relatórios Orçamentários elaborados. Relatórios correlatos das unidades operacionais.
DAI 3.1	Auditoria em administração de Fórum	Aperfeiçoamento da gestão operacional e financeira da unidade.	Verificar a conformidade da utilização dos recursos às Instruções da E. Presidência e à legislação correlata.	Eficiência na gestão dos recursos disponibilizados.	Prestações de contas (documentação encaminhada).
DAI 3.1	Regularidade no uso da verba de representação	Requisito Legal. Órgão de Controle Externo	Verificar a conformidade da utilização dos recursos às Instruções da E. Presidência e à legislação correlata.	Uso regular em forma e conteúdo da verba disponibilizada.	Prestação de Contas: uso da verba e análise dos relatórios e documentação comprobatória das despesas.
DAI 3.1	Monitoramento e Consultoria	Aprimoramento dos controles e procedimentos adotados pelas unidades auditadas.	Acompanhar as providências adotadas pela unidade auditada em atenção às determinações da E. Presidência.	Adoção de medidas que evitem ou reduzam as deficiências apontadas.	Atendimento às recomendações da auditoria acolhidas pela E. Presidência.
DAI 3.2	Conclusão das auditorias do PAA de exercícios anteriores	Diversos	Diversos	Diversos	Diversos

Setor	TEMA	Relevância	Objetivo	Resultados Esperados	Análise Prioritária (escopo)	Objetivos Específicos
DAI 3.2	Auditoria do Controle Patrimonial	Acervo Patrimonial com cerca de 820 mil bens com possibilidade de Identificação de falhas nos registros do SIP	Identificar espaços físicos (salas) com indícios de bens registrados em localização indevida ou bens com potencial para descarte	Melhorar a fidedignidade dos registros	Levantamento dos bens móveis segregados por espaços físicos (salas)	36 auditorias
DAI 3.2	Auditoria em Conciliação Contábil	Aumentar a fidedignidade das demonstrações contábeis	Verificar a consistência dos saldos das contas contábeis	Melhorar a fidedignidade dos registros contábeis, e identificar eventual necessidade de automação dos processos.	Análise de contas contábeis conciliadas pela área auditada.	36 auditorias
DAI 3.2	Auditoria referente Depósitos Judiciais	Contas de depósitos judiciais com valores vultosos com possibilidade de Identificação de falhas nos registros e inconsistências	Melhorar a fidedignidade dos registros das contas de depósitos judiciais	Melhorar a fidedignidade dos registros	Verificação das contas com depósitos judiciais.	36 auditorias
DAI 3.2	Monitoramento e Consultoria	Cumprimento das normas internas e legislação, solução, melhoria, aprimoramento contínuo e retorno financeiro advindos do trabalho de auditoria executado	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	Reduzir valores nas contrações efetuadas; Restituir valores quando devidos ao erário; obter melhorias na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos,	Avaliação do atendimento das determinações pendentes	36 auditorias
DAI 4.1	Auditoria de conformidade na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC JUD (Resolução CNJ 370/2021)	Promover a transformação digital com a efetivação da Resolução CNJ 370/2021.	Constituir instrumento de promoção da governança ágil e da transformação digital por meio de serviços e soluções digitais inovadoras que impulsionem a evolução tecnológica do TJSP.	Promover a melhoria da governança, da gestão e da colaboração tecnológica no âmbito do TJSP, visando direcionar e propiciar a eficiência, eficácia, efetividade e economicidade dos órgãos, com o objetivo de maximizar os resultados com otimização de recursos.	Verificar o cumprimento da Resolução CNJ 370/2021.	36 auditorias
DAI 4.1	Auditoria operacional em armazenamento remoto de informações.	Proteção das informações das partes envolvidas nos processos judiciais e confiabilidade no tráfego dos dados entre sistemas	Verificar cumprimento do Prov. 2.138/13 na fiscalização dos contratos e a eficiência no processo de guarda de dados na nuvem.	Criptografia de dados transitáveis e planejamento para uma possível recuperação de informações	Avaliar a fiscalização dos contratos e a existência de métricas de avaliação dos serviços prestados.	36 auditorias
DAI 4.1	Auditoria no contrato de aquisição de microcomputadores	Verificar a execução de contratos, bem como aspectos de governança, riscos e probidade na aplicação dos recursos públicos	Verificar cumprimento do Prov. nº 2.138/13 na fiscalização dos contratos e cumprimento de prazos	Execução adequada e eficiência na fiscalização contratual	Avaliar a fiscalização dos contratos, a regularidade da contratada na execução e a existência de métricas de avaliação dos serviços	36 auditorias
DAI 4.1	Monitoramento na área de tecnologia da informação	Aumentar e proteger o valor organizacional da Instituição	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	Eficiência na gestão contratual e do serviço prestado	Avaliar o atendimento de recomendações ainda pendentes	36 auditorias
DAI 4.2	Auditoria de gestão/operacional no contrato 31/2022 sobre os reparos emergenciais de trincas e infiltrações no prédio do Fórum da Comarca de Votuporanga (BSG Serviços e Soluções Ltda.)	Aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho e/ou controles internos	Verificar a regularidade das contratações emergenciais de obras e serviços de engenharia	Obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos	Analisar a contratação e a execução contratual	36 auditorias
DAI 4.2	Auditoria de gestão/operacional no contrato 316/2018 para prestação de serviços de apoio ao gerenciamento e execução de controle e fiscalização de obras e projetos de engenharia (Fernandes Terruggi Consultores Associados)	Aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho e/ou controles internos	Verificar a regularidade da contratação dos serviços de apoio ao gerenciamento, execução de controle e fiscalização de obras e projetos de engenharia	Obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos	Analisar a contratação e a execução contratual	36 auditorias
DAI 4.2	Auditoria no contrato de reforma geral no prédio situado na Rua Tabatinguera, 164 (Endeal Engenharia e Construções Ltda.)	Aperfeiçoamento dos procedimentos de trabalho e/ou controles internos	Verificar a regularidade dos contratos de obras e serviços de engenharia da capital	Obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos	Analisar a contratação e a execução contratual	36 auditorias
DAI 4.2	Monitoramento na área de obras e serviços de engenharia	Cumprimento de formalidades, normativos internos e externos (CNJ, TCU, etc)	Verificar a implementação de recomendações consignadas em relatórios de auditoria, nos termos do art. 57 da Res. CNJ 309/20	Obtenção de melhoria na eficácia dos procedimentos e/ou controles internos, cumprimento do plano de ações	Avaliar o atendimento de recomendações ainda pendentes	36 auditorias